

DO INFERNO À PAGOIA: a trajetória de vida de Manoel Eugênio da Silva, núcleo quilombola da Pagoia, Rio Andirá*

ELEN MOURÃO DA SILVA**

JOÃO MARINHO DA ROCHA***

RESUMO: Nossa pesquisa refere-se ao processo de construção da memória e reconstrução da história dos quilombos do rio Andirá, localizados no município de Barreirinha, Amazonas. Inicia-se a partir de uma inquietação referente à trajetória de Manoel Eugênio da Silva, personagem quilombola, onde analisamos sua trajetória através das memórias dos moradores mais antigos do quilombo Santa Tereza e do núcleo Pagoia, bem como de memórias de seus familiares. Dialogamos com os autores do campo da história social do negro, no pós-abolição e com a metodologia da História Oral (ALBERTI, 2011). As experiências e reflexões registradas neste artigo estão fundamentadas em estudos como Ranciaro (2016), Siqueira (2016) e Rocha (2019), que tratam dos Quilombos do Rio Andirá e seus processos de reconhecimento étnico, social e territorial. Dentro desse contexto de luta, a trajetória de Manoel Eugênio foi silenciada nos processos de produção da genealogia dos quilombos do Rio Andirá. Por isso, consideramos oportuno recuperar aspectos da vida desse sujeito, pelas vozes de pessoas que dividiram os mundos da pós-abolição com esse personagem e o que nos reverencia a trajetória do *velho Manoel*.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; História; Movimento Quilombola do Andirá; Trajetória de vida; Manoel Eugênio.

INTRODUÇÃO

Os quilombos do Rio Andirá, no município de Barreirinha, Amazonas, lutaram por cerca de dez anos pela titulação, e receberam o título de remanescentes em 2013¹. No entanto, ainda buscam legitimar-se como tal, (re) construindo espaços privilegiados de afirmações de identidade e (re) constituindo as territorialidades (ROCHA, 2019). Torna-se necessário entender melhor como se processa tais relações, que podem indicar caminhos ao atendimento das determinações da legislação federal, relativa às questões inerentes aos quilombos atuais.

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História na Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Parintins (UEA-CESP).

** Acadêmica do curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins (UEA-CESP). Membro do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas - GEHA e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB/UEA/CESP. E-mail. mourao.elen22@gmail.com

*** Professor do Colegiado de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins (UEA-CESP). Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Pesquisador do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas - GEHA e membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB/UEA/CESP. E-mail.jmrocha.hist@hotmail.com

¹ A Fundação Palmares, através da portaria nº 176 de 24 de outubro de 2013, registrou no livro de Cadastro Geral nº 16 e certificou no auto de definição da fundação as comunidades de Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade como remanescentes de quilombo.

O artigo originou-se no projeto de iniciação científica (PAIC/FAPEAM/UEA - 2018/2019) intitulado “BENEDITOS E GERÔNIMAS: *Memórias e histórias de personagens Quilombolas no Leste do Amazonas*”, onde trabalhamos com memórias e história de personagens quilombolas do Rio Andirá. A partir de tal experiência de pesquisa, entramos em contato com outras trajetórias, as quais nos chamaram atenção, como foi o caso de Manoel Eugênio da Silva. Recuperamos aspectos de sua trajetória de vida através das memórias de seus familiares e amigos, sendo um dos objetivos deste artigo contribuir para maior compreensão histórica dos quilombos do Rio Andirá, especialmente a partir do Núcleo Pagoa, onde residiu Manoel Eugênio, após sair da “Cabeceira do Inferno” e transitar também por Santa Tereza do Matupiri.

A pesquisa foi elaborada também devida à relação familiar com o personagem Manoel Eugênio da Silva, visto que sou da quinta geração do quilombo do Rio Andirá e neta do mesmo. A reconstrução da trajetória desse sujeito social revela-se oportuna para compreender suas conexões com os demais quilombos daquele rio e com as lutas negras e quilombolas de outros contextos e espaços. Para isso, apresentamos alguns elementos sobre as lutas do Movimento Negro Unificado (MNU), bem como dos quilombolas do Andirá, e assim, possamos compreender os processos sociais de construção da memória (POLLAK, 1989; 1992) e evidenciar gentes como o “velho” Manoel Eugênio. Assim, dividimos este artigo em quatro sessões, a saber: *Memórias, História Oral e história quilombola no Andirá; Trajetórias e lutas do movimento negro; Processos de lutas e reconhecimento dos quilombos do Andirá e, Do inferno à Pagoa: memória acerca do personagem Manoel Eugênio.*

Na primeira sessão apresentaremos os caminhos tomados para desenhar a pesquisa, partindo dos documentos referentes ao movimento quilombola do Andirá, em seguida os que traçamos pela memória oral, por meio da metodologia de História Oral (ALBERTI, 2011). Dessas duas experiências, seguimos a perspectiva que inclui Manoel Eugênio na história quilombola do Andirá. Os dois caminhos situam-se no campo da História Social com destaque para a história social do negro no pós-abolição. Na segunda sessão, será apresentada o processo de resistência e luta da população negra, responsável pelas leis atribuídas à educação, saúde, e a da relação territorial e étnico racial, difundidas através do movimento social. Lutas que se estenderam desde a escravidão e continuaram por todo o pós-abolição.

Na terceira sessão, discutiremos os caminhos tomados pelas lideranças quilombolas, do conhecimento dos seus direitos às suas conquistas, ressaltando a importância dos personagens que qualificam etnicamente os quilombos do Andirá frente o Estado Brasileiro. Na quarta sessão discutiremos a trajetória de vida de um sujeito, que contribuiu para o

processo histórico do quilombo. Nessa etapa (re) construiremos sua história de vida, com base nas memórias de seus familiares e dos moradores mais antigos dos quilombos, em relatos de pessoas que trazem em suas vivências um rico saber oral.

MEMÓRIAS, HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA QUILOMBOLA NO ANDIRÁ

Nossos caminhos são marcados por duas experiências de pesquisa no Andirá, a saber: uma sobre personagens que aparecem como centrais nas narrativas do movimento social quilombola do Andirá; outra com personagens anônimos das comunidades e que pouco foram visualizados no curso do movimento, como é o caso de Manoel Eugênio da Silva.

Experiência I: o caso do projeto “BENEDITOS E GERONIMAS...”²

Benedito Rodrigues da Costa e Gerônima Sateré são personagens centrais das narrativas que qualificaram as comunidades do Andirá como quilombolas junto ao Estado Brasileiro em outubro de 2013.³ No entanto, pouco sabemos o que dizem os documentos oficiais acerca de tais personagens históricos que gestaram uma história de ocupação de territórios, solidariedades e etnicidades, que remonta ao século XIX. Segundo as memórias sociais ali presentes, no ano de 1878, Benedito, ex-escravo de origem angolana, com passagens pela província do Pará, junto com seu grupo, após estar em Vila Amazônia e Paraná do Ramos, teriam adentrado o rio Andirá e ali Benedito constituiu laços familiares com a indígena Gerônima Sateré (SIQUEIRA, 2016; RANCIARO, 2016).

Tivemos como objetivo conhecer personagens quilombolas de fins do século XIX e suas respectivas trajetórias históricas e de circulações/conexões no leste do Amazonas, a partir do Rio Andirá, tendo em vista a genealogia “dos Rodrigues” e “dos Castro”, apresentada nas referências históricas e de seus possíveis descendentes na formação do quilombo do Rio Andirá (SIQUEIRA, 2016). Através de fontes consultadas, fizemos mapeamentos, analisando

² A pesquisa de iniciação científica *BENEDITOS E GERÔNIMAS: Memórias e histórias de personagens Quilombolas no Leste do Amazonas* fez parte de um projeto financiado pela FAPEAM (2018-2019) que se insere nos estudos do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas – GEHA e no Núcleo de Estudo Afro-brasileiros (NEAB/CESP). Integra aspectos do projeto de produtividade “Memórias negras no Andirá”, coordenado pelo Dr. João Marinho da Rocha, que vem mapeando trajetórias individuais e familiares no pós-abolição no Baixo Amazonas.

³ A Fundação Cultural Palmares através da Portaria Nº 176, de 24 de outubro de 2013 registrou no Livro de Cadastro Geral nº16 e certificou, de acordo com a auto definição e o processo em tramitação, junto à referida Fundação que as Comunidades de Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade se definem como remanescentes de quilombo. Ver: Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013.

esses personagens principais, e utilizamos também, além do relatório de Siqueira (2016), outras fontes documentais produzidas sobre o movimento quilombola do Andirá, sendo: o fascículo “Quilombos do Andirá”, produzido no âmbito do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia” (A), o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola (B), e o livro de memória da liderança Maria Amélia dos Santos Castro (C), que integra a coleção “narrativas quilombolas”, organizada pela mesma cartografia social.

A - O Fascículo “Quilombos do Andirá” foi confeccionado pelos moradores do quilombo do Andirá, composto a partir de entrevistas onde relatam suas histórias de vida, dando ênfases para suas situações territoriais, suas relações históricas com a natureza e os respectivos conflitos socioambientais, como também identificando as práticas socioculturais dos quilombos.

Todas as memórias relatam suas relações com o território, visto que os moradores das cinco comunidades trabalhavam com o extrativismo animal e vegetal, e isso gera conflitos com donos de fazendas e madeireiras. Com a cartografia, puderam reivindicar seus direitos territoriais, visto que eles ainda estão em processo de demarcação territorial. Também informam como eram suas vivências, antes da chegada dos empresários, que os levou a viver em pequenas áreas, impedidos de retirar seus alimentos e suas produções agrícolas tradicionais. Outro fator destacado, é a valorização dos saberes materiais e imateriais culturalmente vivenciados nos quilombos do Andirá. No fascículo, os moradores relatam a festa do Gambá, a Onça te pega, e o Lundun, dentre outras práticas culturais em períodos festivos.

O fascículo também apresenta os saberes ancestrais mobilizados na produção de medicamentos feitos com plantas medicinais, utilizados pelos moradores em situações de doenças. As pessoas que dominam o “dom” de obter esses saberes, são conhecidas como “sacaca”. Além de confeccionar medicamentos, também são parteiras, puxadores de ossos, e benzedeiros, com práticas repassadas através da tradição oral, ainda muito utilizadas nesses locais.

Ao final do fascículo os moradores destacam o mapa do pretense território a ser disputado, que foi confeccionado para mostrar a dimensão dos seus espaços tradicionalmente ocupados e que se encontram em processo de titulação.

A leitura do fascículo nos leva a entender aspectos da história dos quilombos do Andirá e a relação dos moradores com seu território. Através disso, é possível obter uma compreensão das leis que redigem direitos para as comunidades remanescentes, e ter um maior entendimento das práticas culturais repassadas de geração para geração através da

oralidade. No bojo desse entendimento vale destacar a importância do título de direito territorial para esses moradores, que há muito tempo vem sendo “escravo do trabalho” como refere-se Maria Amélia, por não ter direito de uso de suas próprias terras, como aliás prevê o artigo 68 da Constituição Federal, que reconhece direitos territoriais aos remanescentes das comunidades quilombolas.

B - No “Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola – RTID”, o antropólogo João Siqueira apresenta informações sobre o território dos quilombos do Rio Andirá e o longo histórico de lutas das comunidades por reconhecimento de seus direitos territoriais, para que possam continuar suas práticas culturais e sua conexão com o meio ambiente.

O autor divide as informações dos quilombos em cinco capítulos. Primeiro, traz aspectos relevantes sobre a região onde está localizado seu objeto de estudo, e ressalta elementos da história, através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, além de informar sobre os contextos sociais, político e econômico da região. Apresenta ainda as problemáticas encontradas referentes à regularização de terra e como se deu o processo político de organização das cinco comunidades, na busca de reconhecimento étnico perante o estado brasileiro. Por fim, Siqueira (2016) destaca fatores direcionados às questões ambientais, dando ênfase à sustentação da vida social junto ao sistema ecológico, referente aos simbolismos da população quilombola do Andirá.

O relatório antropológico é de extrema importância para o entendimento histórico e social dos quilombos do Andirá, trazendo no seu bojo a longa caminhada de luta por reconhecimento e os conflitos que os moradores passam em relação ao território. Esse relatório é composto por entrevistas dos moradores, mais antigos dos quilombos, onde cada um apresenta sua ligação com o grupo social ali presente, enfatizando a formação das cinco comunidades⁴ junto aos seus núcleos⁵, que compõem o território quilombola. Esse documento contribui para o reconhecimento territorial e étnico-racial da população quilombola, que busca seus direitos e viver a cidadania como determinam os dispositivos legais do Estado Brasileiro.

C - O livro de memórias “Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência!” descreve o percurso da trajetória de vida da militante quilombola Maria Amélia dos Santos Castro, dando ênfase para relação política e social, relatando todo o processo de sua luta à frente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha – FOQMB, no período de 2012 a 2016.

⁴ Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Pedro e Trindade.

⁵ São Marcos, Lírio do Vale, São Paulo do Açú e Paga

O livro de memórias (MARIA AMÉLIA, 2016) narra sua infância, descrevendo a situação de trabalho no Andirá, comparada por ela com trabalho escravo. Quando informa da relação de seu pai com o patrão, destaca a forma de pagamento por trabalho, que funcionava através de troca, e apresenta aspecto de discriminação racial ali sofrida, porque deixava o trabalhador em condição precária em relação ao patrão. Uma infância onde sua mãe, fazia o papel de pai e mãe, na criação de todos seus irmãos, trabalhando de sol a sol pra criar os filhos.

Maria Amélia (2016) descreve uma inquietação, que surgiu ainda criança, quando pergunta para seu avô porque eram discriminados pela cor da pele. As respostas contribuíram para o entendimento da história de seus antepassados, além de desvelar a discriminação racial, e como tudo isso influenciou em sua trajetória de luta no movimento quilombola. Vale salientar que Maria Amélia também apresenta as expressões culturais ainda praticadas nos quilombos.

Relata a saída do município de Barreirinha, adolescente, para trabalhar como empregada doméstica em “casa de família”. Em seguida, rememora o nascimento de seus nove filhos, seu casamento e separação, as dificuldades enfrentadas na criação de seus filhos. Dona Maria Amélia (2016) destaca seus empregos e conquistas, e sua saída novamente de Barreirinha, em busca de melhores condições de vida em Manaus. Assim, apresenta toda uma narrativa que indica sua caminhada de luta e superação.

Após todo esse processo, Maria Amélia, também conhecida como Lurdes, volta para Barreirinha, retorno em que se torna protagonista de uma caminhada de luta por reconhecimento étnico e territorial. A esse processo, Maria Amélia designa “de libertação do meu povo”. De volta ao Andirá, em 2009, carrega o sonho de abrir um empreendimento, mas esse desejo é interrompido pela grande enchente. Nesse mesmo ano constrói uma casa em Barreirinha e depois retornou para o quilombo do Matupiri, onde reiniciou suas atividades agrícolas no terreno deixado em 1994, quando saiu para morar em Manaus.

Parte do livro de memória narra o processo de preparação para a construção do roçado para o plantio de mandioca, um trabalho dificultoso. Destaca as dificuldades enfrentadas por muito tempo pelos moradores dos cinco quilombos em relação à terra, sendo coagidos por fazendeiros e donos de madeireiras, impedidos de fazerem seus roçados e práticas extrativista. Dona Maria Amélia (2016) salienta a importância da proteção dessas áreas, que há muito tempo foi retirada de “seu povo”.

Descreve como os moradores souberam dos direitos que eles tinham perante a lei, direitos esses voltados para questões territorial, cultural, e políticas públicas, visto que há

muito tempo foram deixadas de lado pelo Estado. Essa descoberta aconteceu depois da ida de uma professora em 2005, pesquisadora da Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ, que pesquisava a saúde dos povos quilombolas na Amazônia. Foi através desta pesquisa que eles começaram a dar início aos trâmites legais para seus reconhecimentos.

A trajetória na FOQMB iniciou, segundo conta dona Maria Amélia (2016), um ano depois de um convite feito pelos moradores do quilombo para representá-los nas lutas por reconhecimento. Foi eleita em 15 de novembro de 2012, e deu continuidade-nessa caminhada onde aparecia o nome de quatro comunidades (Boa Fé, São Pedro, Trindade e Matupiri). Maria Amélia destaca o pedido de seu pai, que conhecia as pessoas e os lugares que pertenciam aos remanescentes de quilombo, e solicitou a ela a inclusão da comunidade Ituquara⁶ no território quilombola, ocorrido em 2013.

Segundo Maria Amélia, sua gestão foi muito complicada, pois não contava com apoio do município, e por isso buscou ajuda na capital do estado. Quando chegaram em Manaus, havia uma carta deixada pela primeira presidenta da FOQMB, que impedia a nova gestão de dar qualquer andamento de suas reivindicações na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ. Esses obstáculos não a impediram de continuar sua caminhada. Além de tudo, ela também não tinha apoio financeiro para suas despesas nas viagens realizadas para a capital. Nesse caso, ela com mais alguns parceiro de lutas, faziam farinha, vendiam peixe e alguns materiais para pagarem suas despesas. Outra forma de conseguir dinheiro para comprar sua alimentação e pagar o transporte era através da venda de porta-guardanapos, confeccionados pela mesma, feito de crochê com tampas de garrafas pet recicláveis.

Suas reivindicações eram sempre voltadas para políticas públicas dos quilombos. Na Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB exigiu saber o porquê da paralisação de alimentos distribuída para essas famílias, participantes do Programa “Fome Zero”, pois a CONAB era responsável de fazer o levantamento de pessoas para entrega das alimentações.

Outros programas também foram pautas de suas reivindicações, como o “Minha Casa, Minha Vida”, que começou e não prosseguiu; o projeto “Agricultura Familiar” que teve o financiamento, mas não os estudos teóricos para os cultivos de algumas espécies; ou ainda o projeto “Poços Artesianos” do Programa Nacional Água de Primeira Qualidade, que teve apoio da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, e que ainda está só no papel. Esses programas de melhorias de políticas públicas ainda estão em processo para que grandes

⁶ São Paulo do Açú e Paga onde se referêcia o Senhor Manuel Eugênio serão inseridas como núcleos do quilombo Ituquara.

avanços aconteçam nessa localidade. Maria Amélia pontua que sempre buscou respostas desses órgãos públicos, para melhor andamento dos projetos.

A liderança destaca que foram muitas dificuldades enfrentadas em sua caminhada, segundo ela “os cadeados não abriram”. Uma dessas dificuldades foi em relação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que não dava respostas às suas reivindicações; no entanto, essas dificuldades eram superadas aos poucos.

A partir da certidão da Fundação Cultural Palmares iniciaram os trabalhos para a demarcação do território. Em 2016 foi finalizado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação –RTID, já referido acima (B), onde cada quilombo e seus núcleos foram registrados. Atualmente, os quilombos esperam o recebimento da titulação do território.

Através da obra de Maria Amélia (2016), visualizamos suas perspectivas sobre o processo de lutas à frente da FOQMB, pois, mesmo que apenas com o Ensino Fundamental, não a impediu de ser protagonista na reconstrução da história de seu povo.

Fizemos esses caminhos das fontes produzidas no curso das lutas, para dentre outras coisas, evidenciar que as memórias institucionalizadas pelo movimento deram pouco destaque a Manoel Eugênio. Apenas o RTID o cita, sendo invisibilizado nos demais documentos, o que nos motivou a buscar as imagens desse personagem centenário nos arquivos de memórias orais do Andirá, a partir dos suportes da história oral em diálogo com os documentos lidos no projeto de iniciação científica.

Partindo de enfoques e abordagens advindos da micro-história, identificou-se processos individuais para que em pesquisas futuras se percebam suas conexões e ações históricas e sociais com o contexto ampliado para além do Andirá. A pesquisa desenvolvida trouxe conhecimentos de como ocorreu a trajetória de reconhecimento do quilombo do rio Andirá, em Barreirinha, Amazonas, que lutaram por cerca de dez anos por titulação e a receberam como remanescentes em 2013. Torna-se necessário a compreensão de suas lutas para melhor entender como se processa tais relações, que pode indicar caminho ao atendimento das determinações da legislação federal relativa às questões inerentes às comunidades quilombolas atuais (ROCHA, 2019). Nosso levantamento bibliográfico sobre o Andirá, possibilita alguns apontamentos:

As memórias exibidas nas obras para compor o processo de reconhecimento étnico dos quilombos nos auxiliaram nos estudos para conhecer a história e trajetória de luta do recentemente autodeclarado quilombo do Andirá. Além disso, nos iluminaram para os processos contemporâneos de busca por reconhecimento pelo qual passam os quilombos. Os personagens centrais que qualificam o Andirá como quilombo são apresentados em Siqueira

(2016), Ranciaro (2014) e Maria Amélia (2016).

Nos relatos de cada morador do quilombo, apresentados nas obras acima, percebe-se a “memória de cativo” referente a Benedito Rodrigues da Costa, “o negro marcado”, ou seja, aquele que traz em seu corpo a “marca do processo escravocrata” (ABREU; MATTOS, 2011). As narrativas localizadas nas obras avaliadas, informam que Benedito adentrou o Andirá após a abolição da escravidão, junto com três irmãos, os quais não se sabem seus destinos.

Em relação à indígena Gerônima Sateré, outra personagem central dessa narrativa, que teria sido companheira de Benedito, é apresentada como uma viúva e mãe, situada no lugar chamado “Terra Preta” onde sua mãe tinha uma casa de festas. É uma personagem que foi silenciada nas falas dos moradores no curso do movimento quilombola (ROCHA, 2019); aparentemente por ela ser mulher e indígena, não se faz presente com destaque nos documentos referentes ao plano político do movimento, que é especificamente voltado, ao menos inicialmente, para produção de uma imagem negra do Andirá, pactuando a velha ideia de que quilombos seria um lugar apenas de negros.

A valorização de pesquisas sobre as histórias e memórias de personagens quilombolas se faz importante para o conhecimento dos quilombos, deixados nos esquecimentos, visto que há muitos Beneditos e Gerônimas silenciados pela historiografia regional e local. Também aponta as negações ainda existentes em relação aos direitos dos negros e quilombolas no Brasil, que vivem em constante luta contra discriminação e em favor do direito de existir.

Experiência II: os caminhos para o TCC

No segundo caminho traçamos pela memória, por meio da metodologia de História Oral (ALBERTI, 2011), e unindo a experiência I e II, tivemos a perspectiva que inclui Manoel Eugênio na história quilombola do Andirá.

As duas experiências de pesquisa situaram-se no campo da História Social (CASTRO, 1997; BARROS, 2005), com destaque para a história social do negro no pós-abolição (MATTOS, 2006; RIOS; MATTOS, 2004). A partir de enfoques e abordagens da micro-história (RAVEL, 1998; LEVI, 2011) nos preocupamos em identificar processos individuais e buscar as conexões de suas ações históricas e sociais com os cenários e contextos em que se inserem (ROCHA, 2019). Também acrescentamos as questões relativas à memória e a história oral (ALBERTI, 2011, DELGADO, 2010; POLLAK, 1989, 1992).

A História é composta por vários métodos, objetos e formas de escrita (CASTRO,

1997); a partir do movimento Annales, surge uma nova releitura da História, permitido olhares diferenciados para as diversas realidades específicas. Assim, as pesquisas incorporaram novos elementos, novas fontes, novas metodologias e novas formas de se escrever. Esse movimento fundado por Bloch e Febvre surge como uma resposta à historiografia produzida pelo Ocidente, centrada nos grandes acontecimentos. A História Social nasce com nova forma e detalhes como destaca Castro (1997), segundo a qual, a referência é necessária ao movimento dos ANNALES e às múltiplas significações da expressão e sua conseqüente ambigüidade. Partindo dessa lógica Barros (2005) nos apresenta a história social como uma forma de trabalhar entre várias disciplinas, assim, abrindo possibilidades de definições e de delimitações, contribuindo para os historiadores que atuam no campo da interdisciplinaridade, tentando organizar e classificar determinados aspectos da história em subáreas especializadas, dividindo em história política, história econômica e história cultural (BARROS, 2005). A História Social não foca somente em fontes documentais, mas busca todo tipo de registro que revele a convivência do ser humano (CASTRO, 1997; BARROS, 2005), e nesse sentido, essa dimensão nos faz refletir sobre a trajetória de vida de personagens como Manoel Eugênio.

O processo histórico de inserção do negro no pós-abolição, não tendo apoio do governo, fica evidente como trabalho escravo, muda de contexto, mas não de sujeito, nesse caso é que.

Da mesma forma, características específicas da escravidão e da população escrava passaram a ser analisadas para apreender aquilo que se tornou um diferencial marcante nos modernos estudos do pós-abolição: *os projetos dos libertos, sua "visão" do que seria a liberdade, os significados deste conceito para a população que iria, finalmente, vivenciá-la, e não apenas para os que o definiram nos diferentes momentos do processo de emancipação* (RIOS; MATTOS, 2004, p.173) [grifos nossos].

Em relação aos quilombos do Andirá, é possível encontrar relatos ou até mesmo se deparar com situação de mão-de-obra escrava, nas empresas de madeireira e por fazendeiros da localidade, narrativas essas de sujeitos submetidos ao trabalho, de mão de obra barata, ou até mesmo a troca de mercadoria.

Para conhecer a trajetória do nosso sujeito de pesquisa, me direcionei para os quilombos do rio Andirá, para colher narrativas de pessoas que dividiram o mundo com ele. Nossas entrevistas se deram nos meses de novembro de 2018 e outubro de 2019, nos Quilombos do Andirá, além da cidade de Parintins, no contexto do I Seminário Afro-Indígena do Baixo Amazonas, ocorrido em novembro de 2018. A produção de nosso arquivo de

memória se deu através de entrevistas, vídeos e fotos com os moradores quilombolas mais antigos, tendo como foco a trajetória de vida de Manoel Eugênio da Silva.

O contato foi motivado pelo interesse em conhecer a realidade de todos os quilombos, visto que só conhecia o quilombo São Pedro e o núcleo Pagoa, de visitas antes do seu reconhecimento em 2013. Essa ida ao local de pesquisa possibilitou mudar a concepção de quilombo, como lugar só de negro e com pouco desenvolvimento. Pude ainda conhecer suas histórias, seus desafios contemporâneos, como acesso a infraestrutura, drogas, bebidas alcoólicas, e inúmeros tipos de violências. Enfim, situações que remetem ao abandono por parte do poder-público, situação já denunciada no relatório de Siqueira (2016).

Através das entrevistas com dez moradores⁷ dos cinco quilombos e do Núcleo Pagoa, foi possível identificar elementos culturais que remetem a uma história e cultura afro-brasileira, evidenciado em aspectos socioculturais como danças do Gambá, o Lundun, a Onça-te-Pega, costumes e práticas culturais que se destacam para o pertencimento cultural do local. As memórias registradas servem como fio condutor, para melhor conhecer as histórias do lugar, pois suas diversidades ainda são pouco reveladas. Nesse sentido, “devemos lembrar que na memória existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p. 200), daí a importância das narrativas para esta nossa pesquisa, que possibilitou conhecer aspectos da história do reconhecimento do Andirá como quilombos.

Compreender o processo de luta por reconhecimento fez-se necessário, para conhecer a história dos personagens quilombolas que ali estão ou deixaram suas marcas e que são recuperadas e ressignificadas pelas memórias e uso da metodologia da História Oral (DELGADO, 2010; POLLAK, 1992, 1989). As entrevistas realizadas nos proporcionaram um olhar diferenciado para o quilombo, vindo a ser de suma importância para o conhecimento da realidade de suas práticas culturais, além de conhecer aspectos sobre a trajetória de vida de

⁷ Amazonina Belém de Souza, 90 anos, nascida em Santa Tereza do Matupiri, aposentada. Entrevista realizada em novembro de 2018, no Quilombo Santa Tereza.

Benedita Ribeiro de Castro, 65 anos, nascida em Santa Tereza do Matupiri, aposentada. Entrevista realizada em novembro de 2018, no Quilombo Santa Tereza.

Eduarda Trindade de Castro, 79 anos, nascida em Santa Tereza do Matupiri, aposentada. Entrevista realizada em novembro de 2018, no Quilombo Santa Tereza.

Jocimar Conceição da Silva, 49 anos, nascido no Núcleo Pagoa, pintor. Entrevista realizada em outubro de 2019, em Parintins, AM.

Maria Amélia dos Santos Castro, “tia Lourdes”, 58 anos, nascida em Santa Tereza do Matupiri. Entrevista realizada em novembro de 2018, em Parintins, AM.

Manoel Pereira de Castro, 77 anos, nascido em Santa Tereza do Matupiri, aposentado. Entrevista realizada em novembro de 2018, no Quilombo Santa Tereza.

Manoel Vicente Conceição da Silva, 66 anos, nascido no Núcleo Pagoa, aposentado. Entrevista realizada em novembro de 2018 e outubro de 2019, no Quilombo Santa Tereza.

Sebastião Conceição da Silva, 64 anos, nascido no Núcleo Pagoa, aposentado. Entrevista realizada em novembro de 2018, em Parintins, AM.

Manoel Eugênio, relatadas por moradores e familiares.

O processo histórico do lugar é representado nas vivências diárias, que proporcionaram experiências enriquecedoras. Nele pude ter várias concepções e refletir sobre conceitos que tinha em relação a quilombo, além também de vivenciar e participar no momento das entrevistas de costumes diários dos quilombolas. Nossa metodologia possibilitou a convivência com diversos costumes, como o ocorrido em uma entrevista realizada com Benedita Ribeiro de Castro, quando percebi que os moradores mais velhos das residências, fumavam a todo momento. Era um cigarro conhecido como Tauari⁸, utilizado em suas práticas culturais da benção⁹. Tive um momento especial de experimentar esse fumo, além de um suco feito com araticum, uma fruta com cheiro e gosto forte. Outro elemento recorrente é a relação com a natureza e os recursos dela advindos, visualizados nas falas e nos costumes. Nas cozinhas das residências, dependurados em cima do fogão feito de barro, é comum encontrar elementos que lembram práticas cotidianas de caças e coletas. Costumes presentes também na confecção de utensílios domésticos como as vasilhas de barro e cestarias com materiais retirados da natureza, como o cipó e palha.

As experiências fizeram-me perceber que esses aspectos nos revelam a diversidade sociocultural existente na região, até pouco tempo desconhecidos pelos estudos acadêmicos locais, permitindo agora iniciar a identificação, descrição e explicações para as realidades quilombolas do Andirá.

TRAJETÓRIAS E LUTAS DO MOVIMENTO NEGRO

As lutas e as trajetórias do movimento negro vêm sendo travadas desde o começo da República, com suas estratégias pela conquista de direitos em prol ao povo negro. Um ano após a abolição da escravatura, foi proclamada a República no Brasil, em 1889. O novo sistema político, entretanto, não assegurou ganhos materiais ou simbólicos para a população negra (DOMINGUES, 2007). Não tendo igualdade nesse contexto, os negros foram sistematicamente excluídos da nação. Isto produziu uma série de lutas para defender os direitos de igualdade na sociedade, buscando participação política, educação, saúde e cultura contra o branqueamento.

⁸ Em ROCHA (2019, p. 214), outras lideranças quilombolas descrevem essa prática sócio religiosa.

⁹ Misto de religiosidade e magia, a benção é uma prática da cultura popular, considerada uma forma de promover cura de doenças em pessoas e animais, seguindo rituais específicos para cada mal. O ato de benzer, também chamado de “rezar”, ainda pode ser utilizado para levar bem-estar a um lugar. É praticado geralmente por pessoas mais velhas, que aprenderam a prática com suas mães e avós. Ver: TRINDADE, Deilson do Carmo. **As benzedadeiras de Parintins: práticas, rezas e simpatias**. Manaus: EDUA, 2013.

Domingues (2007) divide o movimento negro republicano em quatro fases, tendo influência de homens negros letrados da época, e representação em alguns lugares do Brasil, com propósito de reivindicar direitos, em decorrência das limitações da República em relação à população negra. A primeira fase, de 1889 a 1937, foi marcada pela discriminação aos negros e o não apoio do governo. Os “libertos” deram início a movimentos sociais a favor dos negros, como a Frente Negra Brasileira. A segunda fase, se inicia em 1945, com organizações que obtiveram uma visibilidade maior, como a União dos Homens de Cor - UHC e o Teatro Experimental do Negro – TEN. Essa fase também atravessa o período da Ditadura Militar, onde o movimento negro sofreu repressão por parte do sistema totalitário. Domingues (2007) delimita a terceira fase de 1978 a 2000, caracterizada pelo movimento organizado, lutando contra o preconceito racial, difundido por acusações “de que o negro trazia o racismo”, no período de redemocratização do país. O movimento se articulou de duas formas, uma no plano externo e no plano interno. A quarta fase, segundo o autor, de 2000 em diante, é marcada pelo movimento *hip-hop*, o qual tem cunho popular, pois é periférico, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais, mudando o termo negro por preto, além de denunciar nas letras do *rap* os preconceitos raciais, juntando outros setores marginalizados.

As quatro fases de lutas do movimento negro brasileiro contribuíram para sua inclusão e reconhecimento de direitos perante a sociedade, bem como algumas reformas no contexto educacional. Essas conquistas são uma reparação dos danos causados por essa sociedade eurocêntrica, e são agora parte da Carta Magna do Brasil, afirmando o cumprimento desses ganhos conquistados. Através das fases, torna-se bem visível as lutas e as conquistas que podem ser vistas através das leis que são fundamentais para reparar os direitos do povo, mas que ainda caminha lentamente. Nesse sentido, torna-se importante discutir as lutas do Movimento Negro para o fortalecimento da busca por igualdade racial, e de política educacional, para que seja desenraizado esse racismo que a população negra sofre há séculos.

Relativo às questões quilombolas, o grande exemplo é o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹⁰, que reconheceu direitos territoriais aos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, garantindo-lhes a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro. Tal dispositivo assegura que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Nesse sentido, a constituição ampara as lutas de

¹⁰ Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

comunidades quilombolas que reivindicam garantias diversas. Em relação aos quilombos do Andirá, esse dispositivo constitucional foi por muito tempo desconhecido, devido às ausências de conexões com agentes externos que lhes pudessem informar, e também distanciamentos de órgãos governamentais, que não faziam política pública no local, que possibilitasse o auto reconhecimento, ficando o povo por muito tempo desconhecendo seus direitos perante a lei.

PROCESSOS DE LUTAS E RECONHECIMENTO DOS QUILOMBOS DO ANDIRÁ

Como vimos, o movimento social quilombola do Andirá lutou pela sua autodeclaração e o conseguiu em 2013. A partir de então, luta pela demarcação do seu território. Segundo dona Maria Amélia dos Santos Castro, o processo de luta por reconhecimento dos moradores do Andirá, vincularam algumas pessoas que ajudaram nessa caminhada direta e indiretamente como “parceiros”, pessoas que são ligadas às universidades e órgão governamentais. Alianças feitas para facilitar o andamento no reconhecimento como quilombola. Com esse apoio, os moradores criaram uma certa afetividade, construída nesse processo, exaltando a ligação com esses apoiadores do movimento sempre que está relacionado a lutar por reconhecimentos. Após inúmeras buscas por entendimentos de como ocorria o processo por reconhecimento, os moradores dão início as documentações e formas legais perante o estado brasileiro.

Conforme Siqueira (2016), em 16 de fevereiro de 2009 aconteceu a criação da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha - FOQMB, tendo à frente da federação Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, presidenta que tinha instruído o movimento nessa caminhada. Dando início a todos os tramites legais para organizar o movimento de luta, a federação é uma forma de manter organizado esse processo, constituindo novas parcerias, tendo nessa etapa ao seu lado diferente entidades, tanto civis como sociais.

Com o andamento do processo, aconteceram alguns fatores que levaram alguns membros ligados a FOQMB deixar de lado o movimento. As pessoas à frente do movimento, se tornavam alvo de ameaças de mortes por pecuaristas e donos de empresas madeireiras. Outro fato a destacar é a paralisação da movimentação no pedido encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para o reconhecimento, feito pela liderança do movimento quilombola, se tornando o estopim para o não prosseguimento da causa, ficando em paralisação nos finais de 2009. Nesse contexto, conforme Siqueira (2016, p. 23), “parte das dificuldades enfrentadas pelo movimento dizia respeito à inexperiência e

desconhecimento que tinham alguns membros sobre a natureza do processo de reconhecimento étnico e de regularização da terra”.

Com o não prosseguimento dos trabalhos da primeira gestão (2009-2011), foi realizado um novo pleito para eleger um novo representante para FOQMB, tendo como eleita dona Maria Amélia Castro para dar continuidade à luta interrompida pela primeira gestão. Segundo consta em seu livro de memória (MARIA AMÉLIA, 2016), ela foi convidada pelos próprios comunitários do quilombo para os representarem nessa nova caminhada.

Ainda segundo o livro de memórias de Maria Amélia (2016), o reconhecimento das comunidades de Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Santa Teresa do Matupiri e Trindade veio através da Portaria Nº 176 da Fundação Cultural Palmares - FCP, órgão federal ligado ao Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de outubro de 2013. A presidenta diante de muitas retificações conseguiu junto a sua equipe o devido reconhecimento, além disso, realizou o pedido de seu pai, acrescentando a comunidade de Ituquara junto às outras. Atualmente as comunidades são constituídas por núcleos quilombolas que foram acrescentados nesse processo, a saber: São Paulo, São Marcos, Lírio do Vale e Pagoa.

Depois destas conquistas que nós conseguimos junto com todas as cinco comunidades, eu, como presidente da Federação, para mim, muita coisa mudou, sim, muita coisa, principalmente, a convivência; o olhar de cada quilombola se modificou! Hoje eles se sentem livres, comparando com o que eram. Hoje, eles não são mais aquelas pessoas que pensavam que estavam no fundo do poço. Hoje em dia, não pensam mais assim, hoje, eles estão libertos, andando com seus próprios pés, conhecendo e vendo aquilo que eles não enxergavam porque não conheciam. (MARIA AMÉLIA, 2016, p. 14)

Já com o devido reconhecimento étnico, os quilombos deram início ao processo de busca por Titulação de Território, de suma importância para essa gente que há muito tempo tinham vedado o acesso a seus direitos. Nisso, elaboram um estudo da área quilombola. Com os dados coletados, foi feito a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID do território, um dos primeiros pedidos feitos pelo INCRA, responsável por desenvolvimento e reforma agrária. Em 2016 foram realizados estudos nas cinco comunidades que compõem o território quilombola Rio Andirá, com publicação em agosto de 2017, pela Superintendência Regional do Incra no Amazonas e sua publicação no Diário Oficial da União. É o que nos informa Maria Amélia.

E hoje [2016] o que acontece? Hoje, a gente está com mais segurança, com mais esperança que vai ser concluído o nosso pedido do nosso RTID que são a

demarcação e delimitação das terras; do reconhecimento nosso como pertencentes ao nosso território. Mas o que nós estamos aguardando ainda é a conclusão do nosso RTID. (MARIA AMÉLIA, 2016, p. 85)

As comunidades quilombolas do Andirá aguardam a titulação territorial, importante para que esses moradores possam defender e resgatar sua autonomia, tanto em relação à defesa de suas áreas, quanto na construção de direitos éticos, arrancados há muitos tempos. Essas lutas só vieram ter êxito com três pessoas à frente da FOQMB: Maria Cremilda Rodrigues (2009-2011); Maria Amélia dos Santos Castro (2012-2016) e Tarcísio dos Santos Castro (desde 2016), todos da quarta geração de Benedito Rodrigues da Costa. Uma geração de sujeitos que operou para requalificar seu povo e o ligou as experiências de resistências à escravidão negra e à “opressão histórica sofrida”. Isto “fortaleceu as reivindicações e transformou-se em moeda de legitimação do processo de demanda pela posse de territórios ocupados coletivamente por descendentes das últimas gerações de africanos trazidos como escravos ao Brasil” (ABREU; MATTOS, 2011, p. 4).

A luta por reconhecimento étnico fortalece as comunidades para que possam dar andamento nas suas vidas dignamente e ter um reconhecimento adequado da história dos seus antepassados. Com isso, os estudos feitos no quilombo são relevantes para conhecer a história e fundamental para implementar políticas públicas.

Desse povo que com muitas lutas vem conquistando seus direitos na sociedade. Seus moradores, descendentes de antigos escravos, tornam hoje pública uma rica tradição oral a partir da qual constroem sua identidade como remanescentes de quilombo. (ABREU; MATTOS, 2011, p. 1)

Tais processos sociais e ações políticas (ROCHA, 2019), foram fundamentais para o reconhecimento dessas populações que viviam, em pleno século 21, no esquecimento, mas que através da valorização da sua etnicidade vem quebrando preconceitos e conquistando direitos e autonomia, uma herança de luta e superação das mazelas com as quais convivem.

Personagens quilombolas

A historiografia das comunidades remete à memória de cativo. Siqueira (2016) relata duas versões para a presença negra no Andirá, a partir das memórias dos moradores mais antigos. A primeira relata que em meados da década de 1870, um grupo de negros, tentando se libertar do sistema escravocrata, teria conseguido fugir de um navio que tinha como destino o estado do Pará, se mantendo escondido na Vila Amazônia, em Parintins. O

mesmo grupo teria mais tarde se dividido, e um desses grupos se dirigiu para o atual município de Barreirinha, na companhia de um comerciante.

Trata-se dos irmãos Benedito Rodriguez da Costa e Duluvico Rodrigues da Costa, acompanhados dos primos Manoel Trindade Rodrigues e Tereza Albina de Castro. Instalaram-se nessa nova localidade (SIQUEIRA, 2016), tendo como líder do grupo o irmão Rodrigues da Costa. Com medo de serem capturados, buscaram refúgio nas cabeceiras do rio Andirá, ficando no pequeno povoado, que em homenagem a Tereza Albina, matriarca do grupo que tinha como religião o catolicismo, denominaram o povoado como Santa Tereza do Matupiri. Ali o grupo teria construído laços familiares.

A segunda versão remete a memória da atualidade, quando ali chegou um grupo vindo de Angola para Brasil, com destino aos plantéis do Pará. O grupo tinha como líder Benedito Rodrigues da Costa, que junto com seus irmãos, Maria, Francisco e João, adentraram o Amazonas. Vale ressaltar que os seus três irmãos não se acostumaram com o clima, e com isso não permaneceram na região. Os moradores não sabem dizer o destino que eles tiveram. Benedito Rodrigues teria chegado no Andirá logo após a abolição da escravidão, então, na memória local seria o primeiro a chegar ao rio Andirá.

As duas versões vêm ser diferentes, mas os personagens são os mesmos, remetendo à presença negra ali. Benedito Rodrigues, se torna a figura principal do quilombo, e com a índia Gerônima Sateré e com Maria Albina Castro, tornam-se os personagens fundamentais para o nascimento dos descendentes dos Castro e dos Rodrigues, presentes atualmente no Andirá. Nas narrativas de Benedito podemos identificar a substituição de sobrenome, no momento do batizado, caso muito comum no Andirá, além de apresentar o percurso de Benedito.

Meu pai, Pedro Rodrigues da Costa, que ficou conhecido como Pedro Marinho, porque esse sobrenome foi dado pelo seu padrinho Geco Marinho. Papai contava que meu avô, veio de Angola, da África, como escravo dos portugueses. Então, esse meu avô, por parte de pai, era Benedito Rodrigues da Costa que veio nos navios africanos pra servir os portugueses. Ele tinha três irmãos, uma irmã, a tia Maria e mais dois irmãos: o tio Francisco e tio João. Estes três foram pra lugares que a gente não sabe. Nessa época iam pro Pará e outros lugares. Papai não sabia pra onde eles foram! Papai contava que os irmãos do vovô eles não se acostumaram com o clima porque era muito quente. Essa fase já era a época da abolição, estava acabando a força da Escravidão, isso já tinha terminado. Então, sendo o primeiro negro a chegar e permanecer na comunidade do Matupiri, no rio Andirá, vovô parou numa casa de festa e ali conheceu uma mulher indígena, viúva, e seu nome era Gerônima, filha da indígena Júlia Sateré. Benedito prometeu a ela que se um dia fosse liberto da Escravidão, voltaria para casar com ela. Cumpriu a promessa, voltando tempos depois¹¹. (SIQUEIRA, 2016, p. 36).

¹¹ Benedito Pereira de Castro, 91 anos – Matupiri, em 18/02/13.

Através dos descendentes de Benedito e da História Oral, pode-se perceber essa presença negra no Andirá. Seus descendentes e moradores mais antigos, descrevem através de suas falas, essa memória de cativo, que deu início com a chegada do ex-escravo e do relacionamento com Gerônima Sateré, com quem teve cinco filhos: Manoel Rodrigues, Silvério Rodrigues, Pedro Rodrigues, Cristina Rodrigues e Francisco Rodrigues. E com Maria Albina, com quem teve uma única filha Maria Tereza Albina de Castro. Nas falas dos seus descendentes as mulheres de Benedito não são muito situadas. Na concepção dos moradores, quilombo só remete a figura de negro e a cultura africana, mas, no caso do quilombo do Andirá se torna bem visível a influência da cultura indígena e de outras, tronando-se assim os quilombos pluriétnicos. Essa forte influência cultural pode ser vista ou ouvida no tocar do Gambá e na dança do Lundum.

A figura de Benedito é um símbolo de resistência para a memória desse povo, que através de muitas lutas para se libertar da escravidão, encontrou no Andirá o lugar para recomeçar uma nova vida, trazendo sua influência cultural, presente atualmente ali. A imagem apresentada por um dos moradores, remete a um antigo escravo que traz no seu corpo a marca da escravidão, tendo em vista o que nos diz Manoel Eugênio.

[...]. Eu não cheguei a conhecer o velho Benedito Rodrigues, o preto carimbado que foi pai de todos eles e o primeiro que veio pra cá. Quando me entendi ele já tinha morrido. Não conheci... Por que digo carimbado? Ah, isso era meu padratro que contava. Ele sim conheceu o velho tinha um carimbo no rosto, acho que uma marca que devia ser igual carimbo. Então ele contava que ele era um preto carimbado¹². (SIQUEIRA, 2016, p. 37).

Através dos relatos e da presença africana, a que se remetem e a influência nas cinco comunidades, reforçam a ideia de que Benedito foi o primeiro negro a adentrar e constituir laços familiares no Andirá. Cada quilombo e núcleo traz em sua construção de memória a presença de algum descendente de Benedito ou remete alguma prática cultural deixada pelo mesmo. Benedito é o principal protagonista da história do quilombo construída no movimento, que muito tempo não era reconhecido, mas através da força e luta deixada pelo “pai de todos”¹³. Através de muitas lutas esse povo que há muito tempo foi esquecido, vem conquistando direitos e autonomia.

DO INFERNO À PAGOIA: memórias acerca do personagem Manoel Eugênio

¹² Manoel Eugênio, 104 anos, Pagoia, em 15/06/2015.

¹³ Denominação que os moradores dão a Benedito Rodrigues, o primeiro escravo adentrar o Rio Andirá.

Manoel Eugênio da Silva nasceu no lugar denominado “Cabeceira do Inferno”, uma ilha próxima ao quilombo do Matupiri, em 07 de setembro de 1911. Primogênito de Maria Magnólia da Silva, ignora-se o nome do pai biológico; foi criado por seu padrasto Teodoro Antônio da Silva. Foi casado com Tomazia Elestina da Conceição, pai de cinco filhos legítimos¹⁴ e três de criação¹⁵. Migrou do Inferno e constituiu família no núcleo Pagoa, onde viveu até sua morte em 26 de dezembro de 2016, aos 105 anos de idade.

As entrevistas realizadas com familiares e amigos possibilitam a reconstrução da trajetória de sua vida, e seu percurso da Cabeceira do Inferno até o núcleo Pagoa ou Vila Manaus (Manaus velha), pertencente ao quilombo Ituquara. Caminhos vividos e percorridos pelas memórias dos que o conheceram, a partir do que desenharam aspectos de sua história, a qual dividimos como as pessoas rememoram sobre esse personagem: a infância na Cabeceira do Inferno; as idas à Santa Tereza do Matupiri; e a fase adulta no núcleo “Pagoa”.

Infância na Cabeceira do Inferno

As análises das narrativas orais informam a infância de Manoel Eugênio vivenciada na Cabeceira do Inferno, lugar onde nasceu e morou a primeira parte da sua vida, retornando sempre que podia. Conta-se que seu padrasto Teodoro Antônio da Silva era cearense e que adentrou o Andirá, onde conheceu a mãe de Manoel e juntos tiveram cinco filhos, sendo José, Juvino, Rosa, Marina, Maria e Amazonina. Amazonina Belém de Souza descreve as características físicas de seus pais: “ela era preta, morena né! Meu pai não era não, os parentes dele que ele tinha aqui e só os filhos. Ela era baixota, parecida com a Maria Júlia [filha de Manoel]. Eu olho nela e digo: igual a mamãe, os cabelos meio mulatos”.¹⁶

Na Cabeceira do Inferno sua família tinha como atividade a agricultura de subsistência, a pesca e a caça, extrativismos em geral, produtos que serviam para pequena venda e consumo próprio. Amazonina lembra que ali no Inferno, “a gente plantava, tinha a planta laranjeira, abacateiro entre outros como a manga. Tinha muito tucumã naquele tempo! Agora *depois de fazerem campo acabou!*, principalmente com as andirobeiras, que era planta da minha mãe com meu pai”¹⁷ (grifo nosso). Percebe-se aí, que existiam plantações dos moradores naquela época, mas, atualmente por conta de fazendeiros localizados na região

¹⁴ Jocimar Conceição da Silva, Sebastião Conceição da Silva, Manoel Vicente Conceição da Silva, Maria Julia Conceição da Silva, Maria Lucimar Conceição da Silva.

¹⁵ Marcio Conceição da Silva e Marcila Conceição da Silva filhos mais velhos de Maria Lucimar e Elany Conceição da Silva filha mais velha de Maria Julia, todos registrados como seus filhos.

¹⁶ Amazonina Belém de Souza, 90 anos. 2018.

¹⁷ Amazonina Belém de Souza, 90 anos. 2018.

esses produtos foram reduzidos, restando as mangueiras que sombreiam para o gado¹⁸.

Além da fala de dona Amazonina, encontra-se características do lugar nos relatos dos moradores e familiares de Manoel, onde se destaca a parte sociocultural da Cabeceira do Inferno, com referências às danças e culinárias de festas que aconteciam ali, assim como os puxiruns. Nessas festas era comum a bebida conhecida como tarubá¹⁹, “a manicuera é uma planta, com a maniva, a gente prepara ela assim: rala tira, só o tucupi, depois deixa sentar, aquela tapioca, e depois tira na vasilha e põe no fogo. É uma bebida muito gostosa”²⁰. Outra lembrança das práticas socioculturais e de trabalho do Inferno é do fumo do tabaco, produzido pela mãe de Manoel Eugênio da Silva. Sobre isso Eduarda nos informa:

Era bonito as festa quando faziam lá! Faziam festa naquela ilha, dava muita gente! Tinha um forno grande de fazer biscoitos, eles faziam biscoitos, eles davam café era muito bonito mesmo! Mandavam fazer tarubá, naquele tempo que fazia tarubá era mamãe, ela fazia pra eles. No dia da festa era muita gente, tinha o gambá, naquele tempo só dançava-se na música do gambá, às vezes que tinha flautas, só gambá mesmo, agora já não (risos). [...]fumavam, tabaco mesmo, aquele “de mole”²¹ grande de tabaco. Naquele tempo *eles plantavam tabaco*, a velha Firica²², plantava bem tabaco mesmo, aquela velha, faziam aqueles mole grande, ai eles fumavam.²³ (grifo nosso)

Das práticas econômicas no Andirá, era comum o cultivo e o uso do tabaco. Para uso deste produto havia regras específicas, de uso apenas para os mais velhos da família. Produto esse cultivado pela mãe de Manoel, e ao mesmo tempo solicitado durante festas e nas atividades de puxiruns.

eram as coisas mais gostosa daquela época, porque a gente fazia trocadinha. O pessoal vinha ajudar a gente e depois a gente íamos ajudar os outros. Eram um monte de gente assim 50, 70 pessoas. Papai plantava três quatro, cinco quadras de roça só num dia, eram muita gente!²⁴.

A perda do terreno da Cabeceira do Inferno se deu após a “*troca do terreno por um gravador*”, nos contextos de assédio do agronegócio aos antigos do Andirá. A Cabeceira do Inferno aparece hoje como um lugar de memória (NORA, 1993; ABREU; MATTOS, 2011) aos que ali moravam e que espalharam-se por Matupiri e demais localidades do Andirá, Pagoa, Barreirinha, Parintins. É comum encontrar relatos de moradores dos quilombos sobre

¹⁸ Figuras 02 e 03 nos Anexos.

¹⁹ Produzida a partir das raízes da mandioca

²⁰ Eduarda Trindade de Castro, 68 anos. 2018.

²¹ O rolo de tabaco enrolado como se fosse um bastão entre um e dois metros de comprimento envolvido com cipós.

²² Firica era o agrado da mãe de Manoel Eugênio.

²³ Eduarda Trindade de Castro, 68 anos. 2018.

²⁴ Jocimar Conceição da Silva, 49 anos. 2019.

troca de terreno por objetos que atualmente podem ser considerados fúteis, mas que em contextos anteriores valeu como moeda de troca desigual, comuns no Rio Andirá. Uma prática de “apropriações e aquisições de terra por meio de usurpação ou de expediente fraudulento constituem a tônica da maior parte dos casos relatados sobre em questão no rio Andirá” (SIQUEIRA, 2016, p. 30). O autor nos informa sobre a expansão econômica que ocorria também no Andirá levando famílias a se deslocarem para áreas dentro e fora do município. No caso de Manoel, após a troca do terreno, o lugar tornou-se uma fazenda, mas os locais antigos das ocupações permanecem vivos nas plantações já descritas acima e que atualmente formam espaços simbólicos e pertencimento (ROCHA, 2019).

Breves conexões em Santa Tereza do Matupiri

Após a troca do terreno de seus pais, o contato de Manoel Eugênio com o quilombo de Santa Tereza tornou-se frequente devido às manifestações socioreligiosas que aconteciam com frequência na localidade, práticas fortemente legitimadas pelos seus familiares que ali residiam. Consta que Manoel Eugênio era Mariano²⁵, e participava das reuniões e festas em Santa Tereza. Segundo um de seus filhos, essa participação se dava em primeiro lugar porque ele cantava nas festas. “Era do tamborinho, era com o gambá, com aquele caracaxá. Ele gostava muito de acompanhar os santos em comissões pelo Andirá, com bandeira cantando como foliões de santos”.²⁶

Segundo as memórias dos seus familiares, Manoel Eugênio começou a trabalhar na agricultura quando jovem, além de trabalhar também com a extração de madeira e na coleta de castanha do Pará, no Andirá. Trabalhava para ajudar na subsistência da família. Não chegou a morar fixo no Matupiri, apenas passava de uma a duas semanas nos contextos festivos. Ele percorreu quase todas as comunidades do Andirá, através do seu trabalho como “*tirador de madeira*”: “ele trabalhava tirando madeira, e tirando cipó no mato. Era o trabalho daqui, que não tinha outro jeito! Era tirar madeira, pau rosa, lavrar tábua, essas coisas! A gente carregava lá do centro no ombro pra botar pra beira, ele fazia muito isso”.²⁷

A fase adulta no núcleo “Pagoa”

²⁵ Grupos católico, seguidor da doutrina do Cristianismo através de uma vida consagrada á Maria de Deus. Ver ROCHA (2019, p. 274).

²⁶ Sebastião Conceição da Silva, 64 anos. 2018.

²⁷ Manoel Pereira de Castro, 77 anos. 2018.

Já na fase adulta, Manoel Eugênio, em meados da década de 1930, iniciou um relacionamento com Tomazia Elestina da Conceição, quinta e última filha de Ana Cândida Elestina da Conceição e Liberato Moreira da Silva, que já moravam no lugar denominado por Paga ou Vila Manaus, terreno com grande extensão. Após seu casamento, Manoel e Tomazia passaram a morar em Paga. Sobre este núcleo quilombola, Siqueira (2016) aponta algumas características geográficas:

formada por uma ponta de terra firme que se projeta sobre o rio Andirá, com presença de enseadas que são recortadas por pequenos furos, o entorno do núcleo Paga concentra uma variedade de ilhotas separadas por lagos onde parte das espécies dos principais peixes de consumo local costuma se reproduzir, tonando-se assim um espaço cuja referência está diretamente relacionada com uma das mais importantes atividades produtivas dos moradores. Além disso, por sua posição geográfica e característica física o lugar representa também um ponto estratégico de observação e controle de boa parte da área que compreende o território quilombola. (SIQUEIRA, 2016, p. 63).

Quando passou a morar no terreno, seu sogro não era mais vivo. Para Eduarda, uns dos motivos dessa saída do Inferno para a Paga: “Acho que é porque ele casou com a filha da dona Cândida. Aí ele foi ajudar a velha, porque o marido dela já tinha morrido”.²⁸ Assim, a mudança aconteceu pelo casamento e a morte do sogro e isto resultou em a sua permanência em Paga.

Após o falecimento de sua sogra, sua esposa Tomazia Elestina herdou uma área equivalente a 1.500 metros quadrados. Vale aqui ressaltar que seus outros irmãos tiveram suas heranças dadas em vida pelos seus pais, em áreas pertencentes a Paga; são eles Ademimo, Baduca, Casilda todos com sobrenome Conceição da Silva.

As memórias dão conta de que era frequente acontecer festa na Paga; apesar de não se saber dizer se em devoção a algum santo católico, destaca-se que todas as comunidades próximas se faziam presentes nessas festas. As narrativas de Maria Amélia contam como eram essas festas.

Olha é assim, nas festa na casa dele eu ainda me lembro que faziam festa de dança, lá na casa da sogra dele na casa da dona Cândida, tia Candina. Lá dançavam a dança do Gambá, agora não sei que santo era, mas eles tinham a dança deles do Gambá.²⁹

Nas memórias de dona Maria Amélia, a festa acontecia na Paga, características essas visíveis que identificam nos relatos de outros colaboradores, sobre as manifestações

²⁸ Eduarda Trindade de Castro, 68 anos. 2018.

²⁹ Maria Amélia dos Santos Castro, 58 anos. 2018.

socioculturais realizadas nos quilombos ao som e ao ritmo do gambá, instrumento utilizado em momentos de festas por todo o Andirá na época “dos antigos”. Dona Benedita caracteriza o lugar onde aconteciam as festas.

[...], faziam festa no Barracãozinho, era bonito! Era de palha, mas era bem bonito! Botavam assim a terra pra bater, ficava igual um piso mesmo!, e quando era o dia da festa, todo mudo: - bora pra Paga na festa do tio Manoel Eugênio! Íamos embora de canoa que não tinha motor, era na ‘pátria amada’³⁰, que a gente fala, é no remo.³¹

O deslocar-se no Andirá nesse período, como Benedita ressalta, era feita “no remo”, ou seja, de forma braçal, para chegar em outras comunidades para “pagar visitas aos parentes em ocasiões festivas”. Porém, desde que os referidos velhos da Paga faleceram, cessaram as festas que ocorriam naquele local. Existem apenas nas-memórias dos mais antigos, “depois que os velhos morreram, eles não fizeram mais festa lá”.³²

Após sete anos de casado, Manoel e Tomazia Elestina tiveram sua primeira filha, Maria Julia Conceição da Silva, nascida em 1949. Depois vieram Manoel Vicente Conceição da Silva, nascido em 1951; Maria Lucimar Conceição da Silva; Sebastião Conceição da Silva; e Jocimar, nascido em 1970. Ignora-se os anos de nascimento de Lucimar e Sebastião.

Por conta de doenças, uma gravidez de oito meses de Tomazia Elestina foi interrompida espontaneamente, devido as precariedades da saúde no município de Barreirinha. Seu último filho nasceu em 1970; assim talvez por esse contexto de perdas, o casal Manoel e Tomazia adotaram três netos, são eles: Marcio Conceição da Silva e Marcila Conceição da Silva, filhos mais velhos de Maria Lucimar; e Elany Conceição da Silva, filha mais velha de Maria Julia, todos registrados como seus filhos.

Na Paga, Manoel Eugênio trabalhava com agricultura, no cultivo da mandioca, da batata doce e cana de açúcar, além da coleta da castanha. Segundo as memórias de seus filhos Jocimar e Sebastião tinha ainda um pequeno seringal, atividade de trabalho comum na região amazônica. As falas de seus filhos rememoram essas atividades. “Papai era uma gente especial! Ele gostava muito de trabalhar na agricultura. Sempre amostrou seus prestígios na agricultura, ele foi quem encaminhou nós para agricultura”.³³ Esse “prestígio” se torna comum encontrar pelo Andirá, um bem para esses velhos, que através da oralidade repassam seus conhecimentos sobre como trabalhar com a terra, no cultivo, além da caça e da pesca.

³⁰ Expressão utilizada pelos moradores mais velhos dos quilombos, para designar alguma ação de força ou esforço.

³¹ Benedita Ribeiro de Castro, 65 anos. 2018.

³² Manoel Pereira de Castro, 77 anos. 2018.

³³ Manoel Vicente Conceição da Silva, 66 anos. 2018/2019.

No processo do plantio do roçado se fazia o puxirum, uma ocasião de festa para os convidados de Manoel Eugênio. É o que relembra Eduarda: “faziam tarubá, faziam roça, tudo isso quando íamos no puxirum deles, fazer o trabalho deles. Eu ainda fui no puxirum com a mamãe lá na Pagoa, tinha tarubá, tinha manicuera, tudo isso tinha (risos)”.³⁴ Acontecimento esse que os seus familiares remetem ao dia de comemoração de algum aniversário dos filhos, momento de festa para ele.

Os produtos colhidos dessa agricultura eram vendidos na cidade de Barreirinha, ou trocados com algum morador mais próximo e até consumidos também no dia-a-dia por sua família. A venda desses produtos ajudava na renda econômica da família, que dessa forma atendia para custear e manter seus filhos na escola. Em meados de 1960, mesmo morando no interior Manoel Eugênio, com o propósito de proporcionar uma condição de vida melhor para sua família e oportunizar estudos para seus filhos, foi para a cidade de Parintins, onde, conseguiu uma moradia para sua família no bairro de Palmares. Para ajudar economicamente sua família, ele continuou a trabalhar com agricultura na Pagoa.

Quando se aposentou, Manoel Eugênio deixou de trabalhar intensivamente com agricultura, mas continuou no Andirá. Seus filhos começaram a se casar e formar família, vindo dessa forma a imigrar para outras localidades. Permaneceram ao seu lado os filhos de criação e os mais velhos Maria Julia e Manoel Vicente, que prosseguiram no mesmo trabalho de seus pais, a agricultura. Já os outros foram morar em Barreirinha, outro em Parintins, e seu filho Sebastião desaparecido há quase 28 anos reapareceu em Urucará, Amazonas.

Todo seu processo histórico na Pagoa levou a se tornar um símbolo de referência, tendo deixado sua colaboração para os moradores da Pagoa. Assim por conta da “longa presença dessa família no lugar, que esse espaço costuma ser vinculado a pessoa de Manoel Eugênio” (SIQUEIRA, 2016, p. 37). Com o falecimento de sua esposa Tomazia Elestina em 2005, Manoel Eugênio ficou responsável pelos bens, que pertenceram ao casal. Dando assim continuidade a sua vida, de forma simples.

No processo de busca e reconhecimento do Andirá como quilombola, Manoel Eugênio teve sua participação registrada no Relatório Antropológico, onde relata suas lembranças sobre a família dos Rodrigues e Castro. Siqueira (2016) descreve sua importância para construção e formação da história dos quilombos do Andirá.

Na entrevista que realizei com Manoel Eugênio, de 104 anos, cuja memória me pareceu de extraordinária precisão, ele discorreu sobre diversos eventos associados à

³⁴ Eduarda Trindade de Castro, 68 anos. 2018.

formação dos núcleos comunitário e dos principais grupos domésticos que se desenvolveram no contexto do baixo rio Andirá (SIQUEIRA, 2016, p. 37)

No entanto, na genealogia apresentada no Relatório Antropológico, Manoel Eugênio não aparece, assim como sua família. Em processo de coletas de informação para escrita dessa pesquisa, nos deparamos com situação familiar, em recusa a auto declaração no curso inicial do movimento quilombola quando se construiu a tal genealogia, que levaram os porquês de sua não participação dos documentos referente aos quilombos.

Na entrevista concedida para o antropólogo João Siqueira, que se constituiu de grande valor para o processo histórico do quilombo, Manoel Eugênio relata sobre os antigos moradores das comunidades quilombolas. O velho Manoel, que não falava “bonito” não tinha nenhuma formação escolar, mas que trazia um rico saber ancestral que o qualificava diante de seu grupo ali em Pagoa. Vale ressaltar que Manoel Eugênio, dividiu em vida, com seus oitos filhos seu maior patrimônio, a área em Pagoa, além de se autodeclarar como remanescentes de quilombo junto ao movimento do Andirá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tratou da reconstrução da trajetória de vida de Manoel Eugênio, falecido em dezembro de 2016, com 105 anos de idade, tendo feito sua colaboração na confecção do relatório técnico de identificação do quilombo. O seu precursor de vida, possibilitou analisa aspectos sócias presente ainda no Andirá. Aspectos esses referente à desigualdade, politicas publicas, saúde e educação. Portanto a trajetória desses sujeito assim com outros ainda silenciados sevem com fio contudo para conhece o Andirá, especialmente os quilombos, por meio da sua historia de vida proporcionou o reconhecimento histórico, cultural e social do núcleo Pagoa.

Levando em consideração as histórias dos atores construídas no âmbito do movimento social quilombola do Andirá, alguns personagens tiveram suas histórias silenciadas pelo simples fato de não estarem vivendo e convivendo dentro dos quilombos no processo de luta por reconhecimento e autoafirmação.

A trajetória apresentada nessa pesquisa serve para conhecer e saber aspectos relacionados aos quilombos do Andirá. Nessa perspectiva, a oralidade reconstrói por meio das memórias de histórias não conhecidas por parte de uma visão historiográfica oficial, mas vinda das memórias e histórias relatadas de pessoas que valorizam o saber oral, no processo histórico e sociocultural em torno de histórias de vidas, escondidas nas realidades amazônicas

e que precisam cada vez mais serem identificadas, descritas, compreendidas e reveladas por meio da valorização do saber ancestral e de metodologias que alcance tais realidades.

FONTES ORAIS

Amazonina Belém de Souza. Entrevista realizada em novembro de 2018, no Quilombo Santa Tereza.

Benedita Ribeiro de Castro. Entrevista realizada em novembro de 2018, no Quilombo Santa Tereza.

Eduarda Trindade de Castro. Entrevista realizada em novembro de 2018, no Quilombo Santa Tereza.

Jocimar Conceição da Silva. Entrevista realizada em outubro de 2019, em Parintins, AM.

Maria Amélia dos Santos Castro, “tia Lourdes”. Entrevista realizada em novembro de 2018, em Parintins, AM.

Manoel Pereira de Castro. Entrevista realizada em novembro de 2018, no Quilombo Santa Tereza.

Manoel Vicente Conceição da Silva. Entrevista realizada em novembro de 2018 e outubro de 2019, no Quilombo Santa Tereza.

Sebastião Conceição da Silva. Entrevista realizada em novembro de 2018, em Parintins, AM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

ALBERTI, Verena. História dentro da História *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.)*. **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BARROS, José D' Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH-Revista de História da UFOP**, nº 15, 2005. pp. 235-256.

CASTRO, Hebe. História Social. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo*. **Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e Narrativas: tempo, memória e identidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.

Tempo, Rio de Janeiro, Departamento de História- UFF, n. 23, 2007.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro história. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARIA AMÉLIA. **Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência**. Organização: RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, 2006. p.104-111.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

RANCIARO, Maria Magela Andrade *et al.* **Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais: Quilombolas do rio Andirá: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Ituquara/Barreirinha-Amazonas**. Manaus: UEA, 2014.

RAVEL, Jaques. **Jogos de escala: a experiência da Micro-análise**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIOS, Ana; MATTOS, Hebe Maria. O Pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, V.5, 8, Jan. 2004, pp. 170-198.

ROCHA. João Marinho. **Das sementes aos troncos: História e Memória do movimento quilombola do Rio Andirá**. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. UFAM, 2019.

SIQUEIRA, João. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID do território quilombola do rio Andirá**. Manaus-AM, 2016.

ANEXOS

Fig. 01: Manoel Eugênio da Silva. Arquivo pessoal, 2015.



Fig. 02: Vista da Cabeceira do Inferno. Arquivo pessoal, 2019.



Figura 03: Vista da Cabeceira do Inferno. Arquivo pessoal, 2019.



Fig.04: Dança “Onça te pega”. Arquivo pessoal, 2018.



Fig.05. Dança do Lundun. Arquivo pessoal, 2018.



Fig. 06: Tabaco e cigarro de Tauari. Elementos comuns entre os antigos e moradores do quilombo em práticas socio religiosas. Arquivo pessoal, 2018.



Fig. 07: Antiga casa de farinha de Manoel Eugênio. Arquivo pessoal, 2019.



Fig.08 atual casa de farinha da família de Manoel Eugênio. Arquivo pessoal, 2019.



Fig.09: Visão do Núcleo Pagoa. Arquivo pessoal, 2018.



Fig.10: Residência onde Manoel Eugênio viveu até sua morte. Arquivo pessoal, 2019.

